



- Senhoras e senhores senadores;
- Servidores;
- Expectadores da TV Senado;
- Internautas e demais público que acompanham esta sessão.

Hoje, volto a esta tribuna representando milhares de pessoas que me escrevem, diariamente, com um pedido justo.

Elas cobram o reequilíbrio democrático, ora perdido, por decisões que estão à margem da legislação brasileira e da nossa Constituição.

O ministro Alexandre Moraes extrapolou todas as barreiras institucionais e legais. Uma afronta aos mais basilares direitos e liberdades individuais.

Sentenças questionáveis estão sendo publicadas a quase dois anos, sem que o assunto seja, ao menos, discutido nesta Casa.

O resultado é uma escalada de atos abusivos que chega até mesmo a aplicação de censura prévia, algo inconcebível no regime democrático de direito.

A República clama por coerência!

O autor das atuais setenças conturbadas também manifestou contrariedade, de forma eloquente, sobre atos de censura ocorridos em 2018, vejamos:

**(abre aspas)** *Não há permissivo constitucional para limitar preventivamente o conteúdo do debate público, em razão de uma*

*conjectura sobre os efeitos que certos conteúdos possam vir a ter junto ao público. Aqui não só é um exercício de futurologia, como é também, talvez mais grave, um excesso de paternalismo, de querer, o Poder Público, por essa ilegítima intervenção, escolher o que o eleitor pode ouvir, ver e o que pode ou não ter acesso (fecha aspas).*

Essa foi a posição do ministro Alexandre de Moraes, ha apenas quatro anos.

**Diante desse contexto, vamos falar de competência e dever?**

A Constituição Federal expressa de maneira inquestionável, no seu artigo 52 a competência do Senado Federal em processar e julgar ministros do Supremo Tribunal Federal.

Assim sendo, não cabe senhor presidente, não deliberar neste plenário, os pedidos de impeachment protocolados há mais de um ano e meio.

A inação desta Casa, senhoras senadoras, senhores senadores, tem encorajado esse Ministro que, não encontrando obstáculo ao seu ímpeto abusivo, segue praticando atos flagrantemente inconstitucionais.

Os desmandos do senhor Alexandre de Moraes têm seguido uma escalada autoritária que precisa ser contida urgentemente.

À frente do Tribunal Superior Eleitoral, ele tem praticado uma série de atos que promovem a censura de ideias, fatos e interpretações deles, em evidente violação do artigo 220 da Constituição Federal que proíbe,



terminantemente, toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Essas ações ferem de morte a liberdade de expressão, pilar essencial da dignidade humana, expressamente reconhecida como direito individual fundamental pela Carta Magna, nos termos do seu artigo 5º, inciso quarto.

É dever da presidência desta Casa, promover transparência e fazer uso dos freios e contrapesos para combater esses excessos.

Nem mesmo uma convocação de esclarecimento ao ministro Alexandre de Moraes foi incluída na pauta de discussões.

**Isso não é razoável, senhor presidente!**

Mais uma vez, clamo para que seja inserido

na pauta o pedido de impeachment desse ministro. Apresentei requerimento que está na Secretaria Geral da Mesa, propondo a análise da Petição 9, que oferece representação contra o Ministro Alexandre de Moraes e pede abertura de processo para o seu impeachment. Esse requerimento precisa ser pautado.

Da mesma forma, peço que seja incluído na pauta e deliberado urgentemente o PDL 371/22, de autoria do senador Lasier Martins, que susta os efeitos da resolução da censura, imposta pelo mesmo ministro.

Presidente, nos ajude a recompor a imagem desta CASA, perante os milhares de brasileiros que seguem escrevendo em busca de resposta e nos acusando de omissão.

É preciso parar e ouvir as multidões, que ao longo dos últimos anos foram as ruas e mostrou sua contrariedade com as decisões do STF.

Alguém aqui consegue negar que houve excessos judiciais no caso do deputado preso em duvidoso flagrante?

Alguém aqui consegue negar que presenciamos atos de CENSURA?

Isso é mais do que suficiente para que seja colocado em pauta o pedido de impeachment.

Não podemos admitir que um único homem, empossado em cargo público, promova a submissão dos poderes a vossa santa vontade.

As instituições de Estado precisam agir de forma isenta, precisam aplicar a legislação vigente. Quem ocupa um cargo de ministro da Suprema Corte não pode fazer escolhas pessoais, baseadas em entedimentos unilaterais.

O Senado Federal, diante da gravidade dos atos praticados por esse ministro, não pode permanecer inerte, sob pena de tornar-se cúmplice dos abusos cometidos.

Milhares de brasileiros seguem aguardando o equilíbrio institucional ser reestabelecido.

Milhares de brasileiros, senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, pedem justiça. Obrigado!